

## Nota Conclusiva

Foi necessário diagnosticar e compreender quais os fatores que podem estar a facilitar ou limitar a capacidade de promoção das políticas públicas de Igualdade, Género, Cidadania e Não-discriminação, uma vez que as assimetrias persistentes, entre homens e mulheres, colocam em causa o desenvolvimento de todas e todos (Saraiva 2010).

Assim, relativamente à Câmara Municipal de Montijo ficou muito claro que, em matérias de acesso à participação ao direito da cidadania política, este é paritário, embora nos partidos da oposição a representação feminina não esteja garantida.

A área da independência económica é assumida como um pré-requisito essencial para que mulheres e homens possam fazer escolhas genuínas e livres, exercendo o controlo sobre as suas próprias vidas. Aqui procurámos compreender se existem condições objetivas e subjetivas favoráveis à igualdade de oportunidades e de tratamento no mercado de trabalho, na conciliação entre a esfera profissional, a vida familiar e pessoal, bem como no domínio dos usos do tempo.

Como em toda a Administração Pública em Portugal, o modelo de organização das pessoas reflete as dificuldades de conciliação entre trabalho e família, baseadas em estereótipos e representações que são penalizadoras para mulheres e homens e onde há uma cultura modelada por valores e normas reprodutoras de desigualdades de género (Alexandre, 2010; Amâncio, 1994; Saraiva, 2013).

Relativamente às habilitações literárias das/dos funcionárias/os, verifica-se que são também as mulheres, as mais qualificadas, com exceção da coorte com o 6º ano de escolaridade.